



Território e identidade: a Covilhã medieval – a construção de um espaço identitário

97

MARIA DA GRAÇA VICENTE
Academia Portuguesa da História

RESUMO

Neste artigo, abordam-se algumas das etapas na construção de um importante espaço identitário na Beira Interior – o espaço covilhanense – trazendo à colação o seu percurso histórico e com especial destaque o período medieval.

PALAVRAS-CHAVE

Covilhã; Território; Identidade; Região; História; Cultura

RESUME

Ce texte prétend réfléchir sur la construction d'une identité régionale – Covilhã e ses alentours – dans l'espace géographique de la Beira Interior, faisant appel à son histoire, en mettant l'accent sur la période médiévale.

MOTS CLEFS

Covilhã; Territoire; Identité; Région; Histoire; Culture.

INTRODUÇÃO

Refletindo sobre o tempo, dizia Santo Agostinho que «se ninguém me perguntar, eu sei, porém, se quero explicá-lo, a quem me pergunta, então não sei» (Santo Agostinho, *Confissões*, XI, 14, 17). Parafrazeando o sábio bispo de Hipona, se me é permitida a ousadia, direi que reconheço uma certa identidade cultural da Beira e sobretudo sinto uma certa maneira de ser beirão e até de reconhecer outros beirões longe da Beira natal mas, como explicar e transmitir algo tão íntimo?

O tema é, porém, aliciante e oportuno. Será mesmo premente refletir sobre a nossa identidade e aquilo que porventura nos distingue numa sociedade global e globalizada em transformação acelerada – com novas organizações – familiares, sociais, laborais, económicas e culturais. Tempos incertos a devir não isentos de perigos vários de âmbito regional e mundial, como sejam os problemas ambientais, a desertificação ambiental e, no caso português, de contração demográfica, o êxodo de gentes de sul para norte com todo um corolário de indefinições e adaptações que necessariamente terão de ser feitas. Neste panorama, a cultura em geral e as identidades culturais fortes adquirem um papel fundamental na integração e adaptação às novas realidades e podem ajudar de forma tão harmoniosa quanto possível a superar os muitos desafios.

A IDENTIDADE NACIONAL

A questão da identidade e as características dos portugueses tem ocupado sucessivas gerações de pensadores – escritores, poetas, ensaístas, historiadores, antropólogos e etnólogos, sendo por isso necessário tentar inserir as identidades regionais – neste caso a região covilhanense – no todo nacional. Desde o século XV, que os intelectuais portugueses se interrogam e pensam a identidade nacional. Citamos o cronista Fernão Lopes, convém ainda lembrar Gomes Eanes de Zurara que justificava enaltecendo a tomada de Ceuta em virtude da posição geográfica portuguesa entre o mar e o muro de Castela. Já no século XVI, lembramos Garcia de Resende, o padre António Vieira no XVII, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, no século XIX, uma imensidão, nos nossos dias, com alguns nomes mais sonantes, Borges de Macedo, José Mattoso e Eduardo Lourenço, que nomearemos com muitos outros adiante. Alguns assentam as suas teorias na organização concelhia e vitalidade municipalista, outros, em acontecimentos e personagens mitificados como a batalha de Ourique ou em Viriato, pastor e lendário guerreiro contra os exércitos romanos – o herói da «Antemanhã» (VERISSIMO, 1997) – um mítico pré-fundador associado à Estrela – guerreiro impoluto, agreste e rude como as serranias onde vivia e, que só a traição venceria – e por isso também muito relacionado com as características das gentes da Beira.

A indagação identitária foi prosseguida no início e ao longo do século XX. Muitos foram os historiadores, como Torquato Soares, Borges Coelho ou Magalhães Godinho; geógrafos como Amorim Girão e Orlando Ribeiro; etnólogos como Leite de Vasconcelos ou Jorge Dias, a pensar o território e a sua formação, como unidade política e cultural de longa duração. Ao longo de toda a centúria, as preocupações identitárias e características dos portugueses ocuparam lugar central na nossa historiografia, com uma plêiade de historiadores como Borges de Macedo e José Mattoso, entre muitos. Inquietações sentidas, também, entre sociólogos, etnólogos, e ensaístas, como por exemplo Eduardo Lourenço, um homem da Beira.

A temática da cultura e identidade nacional tem sido tópico de eleição para os poetas portugueses em particular os maiores, desde Luís de Camões, Garrett a Fernando Pessoa, Miguel Torga e Eugénio de Andrade. A poesia foi e continua a ser veículo de extraordinária relevância na caracterização da alma portuguesa e dos seus feitos. De todos ou em todos esses estudos e reflexões divergindo, embora os pressupostos, ou alguns deles, onde assenta a identidade nacional – como povo – ressalta evidente a não existência de diferenças acentuadas a nível das várias regiões portuguesas. É certo que foram sendo apontadas algumas clivagens ao nível da linguística, ou das condições geográficas – orografia, hidrografia e clima – mas, no cômputo geral, transparece uma grande unidade, dentro da diversidade e perenidade das identidades regionais e parece assente

que, mais do que qualquer outra questão, foi a vontade política e a criação e centralização do Estado a fomentar essa unidade identitária.

Mais recentemente, em meados dos anos 80 do século passado, o tema das identidades, nas suas múltiplas dimensões ganhou um novo fulgor, e um lugar central na reflexão e investigação no campo das ciências sociais. Tal ocorre em simultâneo à problemática e premência da adesão à então CEE (Comunidade Económica Europeia) e o retorno à primitiva geografia portuguesa. Não sendo, por certo alheio a esta centralidade temática, as questões em torno do então debate havido na nossa sociedade sobre a regionalização. Realizaram-se, na ocasião, seminários, congressos, mesas redondas, um pouco por todo o lado, particularmente nos meios académicos, de que é exemplo o congresso realizado nesta Universidade, posteriormente editado sob o título de *Regionalização: Textos Oportunos*. Sobressai, mais uma vez, que não se verificam «grupos populacionais diferenciados» como apontou Pedro Gomes Barbosa, mas antes uma unidade nacional que se foi construindo «como convergência de vários factores». (Barbosa, 1998). Como já demonstrado pela nossa historiografia, a deslocação dos excedentes populacionais do Norte para as áreas ganhas ao Islão, trazendo consigo a sua tecnologia material, e crenças, esbateram as diferenças pré-existentes. Ainda assim, verifica-se um aparente paradoxo de uma homogeneidade cultural a nível nacional com uma heterogeneidade regional. (DIAS, 1999: 159-181). Nesse processo é de salientar o papel da igreja que foi um poderoso fator de uniformização espiritual e cultural. Na verdade, apesar da não existência de regiões bem definidas com forte personalidade própria e de grupos étnicos e culturais bem vincados, não deixamos de perceber áreas com características diferenciadas. Os temas em torno do território, identidade e marcas identitárias e culturais continuam a animar o debate, pelo menos a nível académico. Mas voltemos ao espaço covilhanense.

EXISTE UMA IDENTIDADE PRÓPRIA NO ESPAÇO COVILHANENSE: A GEOGRAFIA, A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E A HISTÓRIA

Para tentar uma aproximação e refletir sobre a região da Beira «região matriz de Portugal» (PEREIRA, 2009: 453) e mais concretamente sobre o espaço covilhanense e a área territorial do seu primitivo termo, demarcado pela carta de foral de finais do século XII, várias são as perguntas que se colocam. Logo, em primeiro lugar, existe uma identidade própria deste espaço? Em caso afirmativo, em que se traduz? Quais os suportes em que se pode estruturar essa formulação? O que o caracteriza? Como é vivido e sentido pelas suas populações? Existe nelas o sentimento de pertença? Pertença a quê? Ao território? À comunidade? Àquele e a esta? Quando se terá começado a desenhar e a sedimentar a sua identidade regional e cultural? E como se manifestou e manifesta? Um rol de questões ao qual será difícil responder, de forma cabal e abrangente, até porque cada um dos tópicos enunciados se pode e deve desdobrar noutras perguntas e indagações de várias naturezas por múltiplas áreas do saber, entre outras: a História, a Geografia, a Economia, a Antropologia e a Linguística.

Não podendo ser absolutamente abarcante, limitar-me-ei a refletir sobre alguns pontos, que considero essenciais, ao longo do seu percurso histórico na formação e afirmação da sua identidade regional e cultural, iniciada e documentada com a instituição da vila da Covilhã há mais de oito séculos. Em 2016, o município assinalou os 830 anos da sua carta de foral – a certidão do seu nascimento histórico em setembro de 1186. Refaço um percurso. Vou partir de uma questão que me coloquei há já alguns anos, quando iniciei a minha investigação sobre a Covilhã – cidade escolhida para tema de tese de mestrado. Formulei então a seguinte pergunta: Como é que a Covilhã, com as variantes e condicionantes, geográficas, económicas, sociais, e sobretudo apesar da sua posição periférica, afastada do dinamismo do litoral, dos centros de poder régio e também eclesiástico, bem como das itinerâncias da corte, se desenvolveu, de forma rápida e continuada, ao longo dos vários séculos de modo a ocupar uma situação de primazia na região? Equiparando-se em quantitativos humanos e em número de tabeliães às cidades episcopais da Guarda e Viseu, ultrapassando largamente os quantitativos demográficos e dinamismo económico da vila de Castelo Branco, de certo modo sua rival, que foi, a partir do século XVI, escolhida para centro administrativo com a criação da comarca de Castelo Branco?

Podemos tentar responder chamando à colação a Geografia, a História a Antropologia a Arqueologia ou a Linguística – e toda e qualquer manifestação da atividade do homem. Não ignorando as diversidades culturais que lhe subjazem, vou apenas abordar a questão da existência, ou melhor dizendo, da formação, ou não, de uma identidade própria deste espaço e comunidades, a partir do século XII, ao tempo da Reconquista e fundação do

Reino de Portugal. O que diferencia a Covilhã e o seu espaço envolvente, dos restantes espaços da Beira Interior, ainda que esta se apresente como «um mosaico de paisagens» (PINHEIRO, 2014)?

Na verdade, em toda região, da ainda conhecida Beira Baixa, na quadra festiva do Natal, aquecemo-nos junto ao madeiro ou “fogueira” do Natal, tradição com pretensões a património protegido. Nas mesas festivas, da Sertã à Covilhã, Sarzedas e Oleiros saboreia-se o maranho, por vezes com nomes diferentes e variantes na preparação. Os “bombos” são elaborados e ouvidos em muitas aldeias e lugares da região. Em Lavacolhos, no concelho do Fundão, talvez os de maior nomeada nestas paragens, mas também na freguesia de Sarzedas do concelho de Castelo Branco. As músicas tradicionais populares apresentam, no seu conjunto, da Idanha a Silvares, arcaicas e pungentes melodias, cheias de sentimento e saudade, que acompanham as grandes datas dos homens simples – a inconfundível leveza e carinho das canções de embalar a infância, e nas canções ao Menino Jesus, ou na vivacidade e alegria dos dias de festa e romaria. Poemas de amor e saudade, que tão bem ilustra a *Cantiga partindo-se* do poeta albicastrense João Rodrigues de Castelo Branco.

Nas obras dos seus poetas, escritores e ensaístas sobressai o amor à terra que, de forma tão sentida e contida, saiu da pena de Eugénio de Andrade, filho da terra, nascido numa pequena aldeia do concelho do Fundão. Mas também da pena de Frei Heitor Pinto ou, a contundente visão sobre a cultura portuguesa e os portugueses, do beirão Eduardo Lourenço, numa observação, a partir de fora deste espaço geográfico, e de Portugal.

Partimos para esta interrogação e reflexão a partir da história, campo onde melhor nos movimentamos, e por ser nossa firme convicção que só a história «o cimento aglutinador decisivo e por múltiplos caminhos» (Coelho, 1996) nos permite conhecer e afirmar a nossa identidade regional e, enquanto povo e nação. Tendo em conta, todavia, a advertência de Eduardo Lourenço sobre a urgência em não ficarmos presos nos fundamentos históricos mas antes na nossa vivência dinâmica como projecto de futuro e não como retrospectiva (Lourenço, 1999).

O território aparece sempre, ou quase sempre, como um dos principais fundamentos das identidades. A área delimitada pela sua carta de foral aparece e, permanece, caracterizada por dois elementos de relevo, bem salientes na paisagem – a Serra da Estrela, os Montes Hermínios, espaço privilegiado do lendário Viriato e o rio Zêzere, um rio inteiramente português. A serra e o rio, os dois elementos preponderantes da caracterização e definidores de todo o espaço covilhanense. Uma orografia acidentada e agreste nas encostas da Estrela e Gardunha, porém abrindo em magnífico anfiteatro sobre a fértil Cova da Beira. Terras de invernias frias e prolongadas com frequentes

quedas de neve, estios quentes e geralmente secos. Serranias, outrora recobertas de densas florestas onde abundavam os carvalhos e castanheiros, matos e urzes, que davam alimento e abrigo e desde longa data percorridas por gentes e rebanhos. Espaço agreste no clima e na orografia, banhado por inúmeros cursos de água, oferecendo todo um manancial de valências... A rudeza da natureza pode condicionar ou dificultar a ação do homem, mas não é determinante para o devir e desenvolvimento das sociedades. São sempre as escolhas dos homens construtores de paisagens, que demarcam o seu futuro económico e social.

No século XII, alguns decénios após o tratado de Zamora (1143), a Covilhã era senhora de um amplo espaço e participava no grande movimento da Reconquista e Repovoamento – momento primeiro da conquista do território e afirmação do reino de Portugal. Na sua carta fundacional, no modelo de Évora, escolha que obedecia a critérios geográficos e económicos bem definidos, encontramos as raízes da organização do seu espaço económico e social. Nela avultam as medidas para a defesa, povoamento, economia, administração e justiça. Privilégios e deveres dos vários grupos sociais – medidas fundamentais para o desenvolvimento desta comunidade e afirmação regional. Mas no seu texto estava também refletida a preocupação em pacificar e harmonizar um grupo de gentes de proveniências diversas, pela criação de laços de solidariedade e de pertença, numa comunidade de homens livres. A coesão era fortalecida pelas obrigações e deveres em conjunto partilhados. As liberdades e os privilégios que dela decorriam foram decisivos no seu devir histórico.

No já longo caminho percorrido pela comunidade covilhanense, escolhemos alguns momentos que, em nosso entender, terão sido determinantes no seu futuro histórico e as marcas fundamentais na afirmação de uma unidade territorial e cultural, singular. Nos inícios do século XIII, a Covilhã e o seu termo formavam ainda um espaço de predomínio rural, fracamente povoado com muita terra por desbravar. A instalação dos frades cistercienses no mosteiro de Santa Maria da Estrela, no lugar da Boidobra, confirmava aquela ruralidade. Mas a vila não tardou a afirmar-se como um forte centro urbano. A instalação dos frades franciscanos, logo em 1235, sublinhava o desenvolvimento económico e demográfico. A vila crescera, em recursos materiais e humanos adquirindo foros e estruturas de urbanidade, acompanhava o movimento de afirmação das cidades então verificado no ocidente medieval e também no reino de Portugal. Foi o tempo de afirmação na sua região geográfica perante outros poderes instituídos, que a sangrenta contenda havida com o concelho de Castelo Branco e a poderosa Ordem do Templo ilustra bem (Sentença de 1230). De igual modo, reivindicou os seus direitos concelhios sobre algumas aldeias do seu termo, perante o bispo e a sé da Guarda de que é exemplo a povoação de Caria. Afirmando ainda as suas prerrogativas na sua região geográfica, batalhou pelos seus direitos jurisdicionais nas povoações de Álvaro

e Pampilhosa contra a Ordem de S. João do Hospital. Este espírito de independência e autonomia, das comunidades de montanha de homens rudes, íntegros e austeros, é realçado por muitos dos estudos sobre a índole e as características dos povos da Beira e em particular da Serra da Estrela – «coração de Portugal» – (Mattoso, 2010).

Antes do final do século XIII, em 1291, era reconhecida pelo monarca a importância da vila e do concelho que contava um elevado número de aldeias no seu termo, algumas delas «gran peça alongadas» (AMC, perg. 35, *carta D. Dinis*). Algumas dessas aldeias não hesitam em reivindicar os seus direitos na Corte régia. Exemplifique-se com a contenda havida entre os *Corregedores da Alma del Rei D. Afonso III* e os juízes da Covilhã relativa à isenção dos direitos de açougagem sobre a venda dos produtos frescos, as «mealhas das verças» e «das sementes das almuyas». (IANTT, Gav. III, Mç. 10-19; Ch. D. Dinis, liv.1, fl. 260v). Na época, cinco tabeliães davam forma e legitimidade a todos os atos relevantes para a vila e as suas gentes.

Ao longo dos séculos seguintes, a Covilhã protegeu ciosamente as prerrogativas que a sua carta fundacional lhe conferia e que, de certa forma, a foram diferenciando das restantes urbes da região. Essa diferenciação positiva, diríamos hoje, potenciou o desenvolvimento da sua economia de base agrária e pastoril, bem como ajudou ao crescimento das trocas comerciais, intensificadas pela realização de uma feira anual, por Santa Maria de Agosto, desde 1260. Afirmando-se, ainda, durante o período medieval como um centro lanígero. Esta é a marca identitária de longa duração que se iria intensificar no futuro.

Na crise dinástica de finais do século XIV se, num primeiro momento, respeitou os laços de fidelidade do juramento feito ao anterior monarca, logo abraçou a causa da dinastia de Avis que ajudou a consolidar nas lides guerreiras e a glorificar na pedra erigida com a participação do arquiteto covilhanense Mateus Fernandes. Esteve presente e participou ativamente na grande aventura encetada por Portugal nos inícios do século XV como bem ficou demonstrado por Manuel da Silva Castelo Branco e Joaquim Candeias da Silva. (Silva e Castelo Branco, 1999). A Covilhã festejou ativamente esta participação nas recentes comemorações dos 600 anos da conquista de Ceuta em 1415. Os séculos XV e XVI foram de empenho em bens materiais e homens e em vários domínios do saber, de que são exemplo alguns navegadores, exploradores e cosmógrafos entre os quais avultam os nomes de Pero da Covilhã e os irmãos Faleiro. Integrada na casa do Infante D. Henrique, o homem que ficou para a História de Portugal e do mundo como *O Navegador*, a Covilhã e seus filhos não mais deixaram de ter uma presença ativa em todos os palcos da conquista do Mar-Oceano. Deixaram o torrão natal, tornaram-se andarilhos, aventureiros, viajantes, exploradores e cientistas.

Findo o período áureo da grande aventura dos descobrimentos, das riquezas da cana sacarina das ilhas e da pimenta das Índias, recuperada a independência nacional, o burgo serrano esteve na primeira linha da industrialização do Reino. Então a Beira e concretamente a Covilhã retomaram e dinamizaram os conhecimentos ancestrais ligados aos gados e à produção lanígera e sua transformação «nos panos finos da Covilhã» que não passaram despercebidos á pena mordaz de Gil Vicente. O dinamismo económico e a vitalidade demográfica ficaram bem visíveis no inquérito de 1496 e foram confirmados no numeramento de 1527, mostrando uma Covilhã com um número de fogos superior aos de Castelo Branco e da cidade da Guarda somados.

Demografia beirã de 1496 a 1527

Municípios	1496	1527
Covilhã	2 371	4 060
Castelo Branco	837	1 417
Guarda	1 426	2 321

Por isso e certamente em resposta aos anseios dos seus homens, a a Covilhã foi tornada para sempre realenga, *por ella seer tam principal no conto das outras villas dos nossos regnos*, por privilégio de D. Manuel I, em 21 de Fevereiro de 1498, confirmando os mais antigos que impunham que a vila fosse do rei ou de uma família real como fora o Infante D. Henrique e o seu herdeiro. Anos depois, em 1527, por carta de 15 de agosto, apesar da mercê régia de vila sempre realenga, D. João III fez doação do senhorio da Covilhã, já então um dinâmico centro produtor de lanifícios e comercial, ao infante D. Luís, seu irmão. A vila afirmava-se como centro de produção de têxteis. Duarte Nunes de Leão, que não conhecia a Beira, na sua *Descrição do Reino de Portugal* faz referência à indústria têxtil da região. Segundo ele o *azulado* das águas do Zêzere devia-se aos muitos linhos que nelas se curtiam, fazendo referência á produção das «muitas lãas» que daí seguiam para a Flandres e às «mais fermosas trutas de Hespanha» pescadas nos rios da Estrela. El-rei D. Sebastião elegeu os panos da Covilhã para os fardamentos do seu exército. Os homens dos mesteres, muitos deles ligados ao sector dos têxteis, sentiram vontade e necessidade de participar no governo local, precisavam de um suporte jurídico, por isso, requereram ao infante D. Luís, o então senhor da Covilhã, mercê para que houvesse na vila mesteres como acontecia na cidade de Évora e outras vilas do reino. A petição foi entregue ao infante, por Jorge Martins, mercador covilhanense, que a acolheu favoravelmente, tendo-lhes acordado o paradigma dado à cidade de Évora, juntamente com os diversos privilégios concedidos pelos reis aos Vinte e Quatro dos Mesteres desta cidade (BEIRANTE, 2014). O regimento foi recebido na Câmara da Covilhã a 14 de Fevereiro

de 1535, onde teve lugar o «auto de elegimento dos mesteres», na presença de muitos homens bons, população da vila, mesterais e povo chamados por pregão, e do representante do infante D. Luís. Ficava criada a instituição dos Vinte e Quatro dos Mesteres da Covilhã – que a confirmavam como vila laboriosa, «industrial» e comercial – traços identitários de longa duração com futuro.

Pragmática a vila utilizou as pedras das muralhas do seu castelo, tornado obsoleto face às novas armas e formas de combate, para com elas construir a Real Fábrica de Panos, promessa de futuro e uma das mais perenes marcas identitária da vila e suas gentes (QUINTELLA). No limiar do novo milénio e o fim de um ciclo económico e também político e social, a região enfrenta novos desafios. A tradicional produção têxtil foi seriamente ameaçada e tornou-se menos produtiva, sendo, porém, ainda uma atividade com algum peso na Covilhã. Os fenómenos da globalização e o aparecimento de novos mercados abastecedores aliados ao crescente consumo de fibras sintéticas, menos exigentes no preço de aquisição e na manutenção e o fator “moda” exigem novas respostas para enfrentar o futuro. Estas impõem-se com maior premência perante a desertificação do interior, a emigração e o abandono dos campos. A criação do ensino politécnico e da Universidade em 1986 abriu novos caminhos. Nos seus vastos *curricula*, não foram esquecidos os ancestrais caminhos ligados à indústria têxtil, às engenharias e à medicina, a par do estudo das ciências sociais e das letras, a continuar o trabalho e ensinamento dos antigos mosteiros da região e, entre estes os conventos de S. Francisco e de Santo António (PEREIRA, 2007). Saberá aproveitar e potenciar as suas características, as suas marcas identitárias, renovando-as, nomeadamente nas indústrias ligadas à fileira têxtil e do vestuário e ao turismo? Saberá a Covilhã manter a sua identidade de terra forte, alfobre de homens fortes e de progresso perante os muitos e difíceis desafios de uma sociedade cada vez mais globalizada e uniformizada? Saberá responder aos estímulos da emigração e imigração, das alterações climáticas e da desertificação?

Problemas diversos que teremos, todos, que encarar e saber encontrar as mais adequadas respostas para enfrentar os desafios do futuro, nomeadamente a nível económico, sendo um dos caminhos a indústria crescente do turismo, guardando aquilo que nos diferencia, na nossa posição geográfica. Mas também num turismo alicerçado na sua cultura, mantendo os nossos traços identitários e evolutivos, sem os tornar apenas folclore. Saberá aproveitar o lastro cultural de afirmação e «empreendedorismo», termo tão em voga e talvez anacrónico, assente em saberes e tradições ancestrais, de origem popular ou erudita, onde os diversos conventos e mosteiros, centros de cultura e formação, tiveram papel de relevo em sucessivas camadas de gerações?

Perante este quadro, afinal, o que diferencia a Covilhã da restante Beira Baixa? Talvez a tenacidade com que defendeu as suas prerrogativas, o seu pragmatismo, o modo como

encarou e resolveu as situações na discussão com os vizinhos – poderosas Ordens Militares ou Bispado e até com o Rei. Pelo conhecimento e práticas de alguns dos seus filhos em vários domínios do saber, da medicina, era da Covilhã o médico do infante D. Henrique, da cosmografia, representada pelos irmãos Faleiro, passando pela arquitetura que tem em Mateus Fernandes um seu expoente, e das Letras onde avultam os nomes maiores de Frei Heitor Pinto e Alçada Baptista.

CONCLUINDO

Como Eduardo Lourenço, comungo a ideia da procura no passado histórico da raiz da nossa identidade. Mas a identidade nacional ou regional não é um livro fechado e está em aberto, vai-se construindo..., por vezes até de forma contraditória. A Covilhã soube ao longo dos primeiros séculos da sua existência histórica, aproveitar e até transformar os fatores adversos do seu enquadramento geográfico, de zona agreste, periférica, rodeada de potenciais concorrentes, quando não inimigos, em fatores de crescimento e afirmação da sua identidade de burgo concelhia – não dependente de nenhum senhor laico ou religioso, apenas do rei. Protegeu perante os vizinhos os seus privilégios e liberdades – de que é exemplo a isenção de portagem e montado em todo o Reino – apelando ao rei sempre que essas prerrogativas estavam a ser ameaçadas.

Como salientou António dos Santos Pereira, a geografia física e humana transparece em muita da literatura caracteristicamente beirã, que acentuam os fatores geográficos e especialmente a serra da Estrela e o pastoreio, determinantes na formação das unidades regionais. Constituindo, embora, importantes marcas identitárias, eles não foram determinantes, pois estas, «pertencem à vontade e inteligência das gentes» (Pereira, 2009).

Importa também destacar que entre as populações do termo covilhanense – desde as mais distantes, de Sobral de S. Miguel e S. Jorge da Beira, às do centro da cidade, as populações partilham um sentimento de pertença a um mesmo espaço particular, que é vivido e sentido como seu, comungando embora do profundo sentimento de ser português. A mim, apraz-me destacar a capacidade da Covilhã e das suas gentes, demonstrada ao longo dos primeiros séculos da sua existência histórica, para transformar as adversidades em desafios que foram capazes de ultrapassar e vencer...tornando-se um porto de abrigo e de oportunidades e um pólo agregador e dinâmico — uma identidade forte e singular no sempre esquecido interior beirão.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Municipal da Covilhã, *Pergaminhos Medievais*, n.º 35

IAN/TT, *Gaveta III*, mc. 10-19; IDEM, *Chancelaria de D. Dinis*, liv.1, fl. 260v).

AMANTE, Maria de Fátima, Coord. (2011). *Identidade Nacional Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos Editores.

BARBOSA, Pedro Gomes (1999). *Região. Regionalismo. Regionalização*. In *Regionalização: Textos Oportunos*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

BEIRANTE, Maria Ângela (2014). *Ao Serviço da República e do Bem Comum. Os Vinte e Quatro dos Mesteres de Évora, paradigma dos Vinte e Quatro da Covilhã (1535)*. Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

COELHO, António Borges (1996). *Identidade/Identidade», in Norte. Desnorte, Ciclo de Conferências, Maio-Dezembro 1996*. Porto: Árvore-Centro de Actividades Artísticas, C.R.L., pp.10-19.

DIAS, Jorge (1999). *Estudos de Antropologia, vol. I*. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

FERNANDES, Hermenegildo et ali., coord. (2009). *Nação e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/Caleidoscópio.

LEÃO, Duarte Nunes (2002). *Descrição do Reino de Portugal, 1.ª ed., 1610*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, Eduardo (1999). *Portugal como Destino, Seguido da Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva.

MATTOSO, José (2001). *Sobre as Origens da Nacionalidade Portuguesa*. In *Uma Vida em História. Estudos de Homenagem a António Borges Coelho*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de letras da Universidade de Lisboa/Caminho, pp. 73-89.

– (2008). *A Identidade Nacional, 4.ª ed.*. Lisboa: Gradiva.

MATTOSO, José et alii (2010). *Portugal O Sabor da Terra*. [Lisboa]: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

PEREIRA, António dos Santos (2009). *Portugal Adentro do Douro ao Tejo. O Milénio Beirão*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

- (2007). *A Covilhã Antiga. Os seus Conventos e as suas Livrarias*. Covilhã: UBI.
- (1999). *Historiografia do Interior Beirão. Notas do passado e Projectos do Presente. Separata, [Actas] do Congresso «Maia, História Regional e Local», 3 vols.*
- (1998), *Regionalização. Textos Oportunos*. Covilhã: UBI, 1998.
- PINHEIRO, Elisa (2014). *A Beira Interior: de mosaico de paisagens a região identitária*. In *Ubimuseum*, n.º 3, revista on-line. Covilhã: UBI.
- QUINTELLA, Arthur de Moura (1990). *Subsídios para a Monografia da Covilhã*, reed. Fac-símile. Covilhã: Associação de estudos e Defesa do Património histórico-cultural da Covilhã.
- RODRIGUES, Donizete (2012). *Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica*. In *Ubimuseum*, n.º 1, revista on-line. Covilhã: UBI, pp. 1-8.
- (1999). *Diálogos Raianos. Ensaios sobre a Beira Interior*. Lisboa: Edições Colibri.
- SALVADO, António (2002). *Poesias Completas de João Rodrigues de Castelo Branco*. Lisboa: Aríon.
- SANTO AGOSTINHO (2008). *Confessiones / Confissões, Livros VII, X e XI*, Covilhã: http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf
- SILVA, Augusto Santos (2011). *Amoras bravas no verão: o país de Eugénio de Andrade*. In *Identidade Nacional Entre o Discurso e a Prática*. Porto: Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos, pp. 187-102.
- VERISSIMO Artur de Sousa (1997). *Viriato e o mito da Antemanhã (mito e identidade nacional)*, Tese de Mestrado. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- VICENTE, Maria da Graça (2012). *Covilhã Medieval O Espaço e as Gentes (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Edições Colibri/Academia Portuguesa da História.
- ZACARIAS, Cecília dos Santos (2011). *Densidade do Espaço Urbano e Identidade Local. Estudos Comparativos das Antigas Judiarias da Covilhã, Castelo Branco, Guarda e Trancoso*. Tese de Doutoramento em Arquitectura (3º ciclo de estudos). Covilhã: Universidade da Beira Interior.